

Conselho Consultivo do CEMJ:

Alessandro Lutfy Ponce de Leon, Arthur José
Poerner, Augusto Buonicore, Fábio Palácio de
Azevedo, Fabiano de Souza Lima, José Carlos
Ruy, Mary Castro, Natividad Guerrero Borrego,
Regina Novaes.

DIRETORIA DO CEMJ:

Presidente

Fabiana Costa

Diretor de Planejamento e Patrimônio

Rovilson Portela

Secretário Geral

Augusto Vasconcelos

Diretora de Estudos e Pesquisas

Brenda Espindula

Diretor de Memória

Fernando Garcia

Diretor de Cultura

Carolina Maria Ruy

Diretor de Comunicação

Vandré Fernandes Barros

**Diretor de Atividades Educativas e
Esportivas**

Alexandre Rosa

A revista Juventude.br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

É fundamental constatar que os jovens brasileiros têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público

Para alguns, pensar em participação da juventude significa relembrar os anos de 1960 e 1970 e reportar-se à experiência de engajamento da juventude da época. Geralmente, sob essa postura, mitifica-se a participação da geração de 1968 e, a todo custo, tenta-se enquadrar nessa lente as formas atuais de participação dos jovens, concluindo muitas vezes que a juventude de hoje se encontra em um estado de letargia. A fim de problematizar esse debate, a Juventude.Br propõe uma reflexão sobre a dinâmica contemporânea da participação da juventude manifesta na realidade do país. Ainda, pretende avaliar a relação entre o Estado e os movimentos juvenis e o impacto dessa interação para o avanço das políticas públicas de juventude.

Nesse sentido, é fundamental constatar que os jovens brasileiros têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público. Não bastam olhares simplificadores para explicar a ação coletiva dos jovens. Mais que analisar a condição social de um grupo específico para entender as causas que conformam a sua ação, é preciso identificar os conflitos em que os jovens estão enredados, para então compreender que fatores, próprios da condição juvenil, mobilizam o engajamento. A partir desse pressuposto, apontam Danilo Moreira e Luisa Barbosa, na presente edição, que “ao invés de abandonar as formas clássicas de participação juvenil – como movimento estudantil, juventudes partidárias ou sindicais –, muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates sobre questões estruturais”, bem como “as questões específicas – como as relativas à política de segurança, desigualdade de gênero e etnia – são incorporadas pelo movimento estudantil, juventudes partidárias ou movimentos sindicais”.

Para além da dicotomia comum entre formas tradicionais e novas formas de fazer políticas, Mary Castro e Miriam Abramovay concluem na pesquisa “Quebrando mitos: juventude, participação e políticas” - aproximando do argumento apresentado acima - que são múltiplos os *pontos de decolagem* para a participação, não havendo caminhos únicos. A diversidade de bandeiras passa a ser pautada na medida em que as organizações juvenis promovem diferentes frentes de luta. De certo modo, pode se afirmar que há uma tendência de valorização das lutas específicas pelas organizações políticas que possuem as suas identidades historicamente solidificadas – ditas convencionais – e que se orientam por mudanças estruturais, configurando de modo mais dialético a relação entre focalização e universalismo.

Ao mesmo tempo, é necessário avaliar o estatuto do trabalho solidário como forma de engajamento dos jovens de hoje. Em pesquisa realizada por Lucia Castro, Beatriz Pérez e Conceição Silva com jovens atuantes no trabalho solidário identificou-se que as “ações objetivam mudanças que consideramos como ‘pontuais’, em oposição a ‘ações globais’, orientadas por uma ética de responsabilidade e solidariedade” e mais que “a transformação da sociedade não é almejada de forma estrutural, mas no plano das mudanças individuais, ou seja, provocando mudanças na história de vida das pessoas”. Abre-se à agenda de pesquisa

de todos que estudam a participação juvenil aprofundar a compreensão sobre os motivos que levam os jovens identificados com o trabalho solidário a demarcar o sentido da ação nas fronteiras do grupo que pertencem. E mais, entender os limites do trabalho solidário em “criar alianças com outros cujas lutas se encaminham em direções semelhantes”.

Outro elemento importante a ser analisado é a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação pelos jovens para potencializarem a sua participação social. As redes virtuais, tão valorizadas pelos jovens, passam a ser usufruídas como mecanismos organizacionais políticos. Para Shayanna Busson, “no cenário contemporâneo de interferência política da juventude, há até formas não presenciais de luta e participação, como o caso dos identificados ciberpolíticos, que atuam por meio de redes virtuais de emails, grupos de discussão, etc”.

Assim, ao tempo que procuram novos formatos e orientações para a participação, os jovens tendem a criticar à política institucionalizada, especialmente às práticas clientelistas presentes nesse espaço. Entretanto, em sua grande maioria, os jovens acreditam que a solução dos seus problemas passa pela política. Isso reflete na crescente reivindicação do direito à participação, seja pela proposição, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas, seja pela luta pela consolidação de um marco legal para as PPJs. Além disso, por mais que historicamente estejam excluídos dos cargos eletivos, visto pelos índices irrisórios de jovens parlamentares e jovens gestores públicos, os movimentos juvenis entendem que a transformação da realidade depende também da atuação nos poderes constituídos do Estado. O descrédito se apresenta em relação a determinadas práticas da política institucionalizada, mas não ao governo, fazendo com que os jovens reconheçam tanto a responsabilidade do Estado na garantia de seus direitos quanto o papel do protagonismo juvenil na construção do Brasil que queremos. Essa é uma atitude que rompe com as representações dos jovens como alienados e desinteressados.

A cada geração, a juventude no nosso país herda as conquistas e ensinamentos da luta contra a ditadura militar. Nos anos de 1970, espaços são reivindicados a fim de fazer acontecer o processo de democratização da sociedade brasileira. Essa defesa pressupõe que a efetivação de mudanças substantivas depende da inclusão dos destinatários das políticas públicas nos processos decisórios. Esse movimento culmina na década de 1980 com a defesa da promoção de formas de democracia participativa, como remédio para a arraigada tradição oligárquica de gerir a coisa pública presente na história do nosso país. Germina-se aí a criação dos Conselhos como estruturas institucionais que realizam o



É imprescindível pressupor que as mutações nas formas e conteúdos da participação são motivadas pelas novas configurações sociais, que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação.

direito de exercer o poder através da participação. Legado desse processo, hoje o empoderamento da juventude passa a contar com o Conselho Nacional de Juventude e multiplicados conselhos estaduais e municipais. Márvia Scárdua reafirma essa concepção quando afirma que “o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE - é uma experiência de democracia participativa: a sua realização é a reafirmação da ideia de que, nos intervalos de expressão da vontade nas urnas, devemos estabelecer canais institucionais de interlocução com a sociedade, a respeito dos rumos das políticas públicas”.

Hoje é preciso indagar sobre a existência de novas maneiras de articular projetos pessoais e coletivos, mas sem deixar de situá-las no contexto histórico que as conformam. É imprescindível pressupor que as mutações nas formas e conteúdos da participação são motivadas pelas novas configurações sociais, que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação. Nos últimos anos, o embate contra a visão neoliberal, ainda presente na agenda pública do país, tem inscrito nas demandas dos movimentos juvenis o desejo de um Estado presente, democrático e que promova o protagonismo social. Ao reconhecer a contribuição dos movimentos de resistência e reconstrução da democracia nos anos de chumbo para a história do Brasil, os jovens afirmam que os tempos mudaram: não querem ser encarados apenas como segmento específico beneficiário de políticas públicas, exigem novos parâmetros de gestão e democracia na relação entre Estado e sociedade. A juventude reinventa as formas e os conteúdos da participação para estar cada vez mais presente na definição dos rumos do país, influenciando na orientação das políticas de Estado e fortalecendo as mobilizações contra as injustiças e desigualdades que marcam a nossa história. ❶